

UMA PROFISSÃO FEMININA, MAS NÃO FEMINISTA? Representatividade de gênero na gestão dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no Brasil

*Luciana Kramer Pereira
Müller*

Mestre em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Analista Bibliotecária na Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia 10ª Região (Gestão 2018-2020).
E-mail: lucianakramer@gmail.com

*Carlos Wellington Soares
Martins*

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bibliotecário-Documentalista da Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão e professor dos cursos tecnológicos da Universidade Estadual do Maranhão.
E-mail: cawell2000@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa, de método qualitativo e que utilizou análise bibliográfica, documental e de conteúdo, analisa a representatividade de gênero na Biblioteconomia. Os dados analisados são oriundos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB). Observa que, dentre profissionais registrados no Brasil no mês de março (período de levantamento de dados), 82% são mulheres e 18%, homens. Verifica, ainda, que dentre os membros de CRB o percentual de mulheres cai para 75%, nas Diretorias para 70% e na Presidência do órgão para 50%, diferença discrepante diante da totalidade. Discute, à luz do referencial teórico e correlacionando com pesquisas anteriores sobre o mesmo tema as relações existentes na predominância de homens na atuação política, bem como a linguagem sexista que generaliza no masculino, independente da grande representatividade feminina. Conclui que o debate necessita de um maior espaço de discussão e que a pesquisa deve ser ampliada.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Representatividade. Biblioteconomia.

A FEMALE PROFESSION, BUT NOT FEMINIST? Gender representativeness in the management of the Conselhos Regionais de Biblioteconomia in Brazil

ABSTRACT

This research, of qualitative method and that used bibliographic and document analysis, analyzes the representativeness of gender in the Librarianship. The data analyzed come from the Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB). Among the professionals registered in Brazil in March (data collection period), 82% are women and 18% men. It also notes that among CRB members the percentage of women drops to 75%, in the Board of Directors to 70% and in the Presidency of the body to 50%, a discrepant difference compared to the totality. In the light of the theoretical framework, it discusses and correlates with previous research on the same theme the relationships existing in the predominance of men in political activity, as well as the sexist language that generalizes in the male, regardless of the great female representativeness. It concludes that the

debate needs a larger space for discussion with insertions of the theme, both in training and in the professional field so that machist practices are rethought in the light of gender studies and feminist discussion, as it was found that they still do not find resonance in the discourses and practice of librarianship and so that, beyond a female profession, it becomes a feminist profession.

Keywords: Gender. Feminism. Representativeness. Librarianship.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma ciência social e interdisciplinar (COADIC, 2004) e tem a orientação de seu campo de atuação e investigação para as relações sociais, e, por conseguinte, das problemáticas que permeiam a sociedade e o exercício da profissão nessa perspectiva orientado pelo caráter humanista previstos tanto no Juramento quanto no Código de Ética da profissão, historicamente a Biblioteconomia tem sido um área e campo do conhecimento formado majoritariamente por mulheres, no entanto, verifica-se que temáticas que permeiam o gênero ainda encontram-se incipientes sendo necessária uma discussão mais ampla sobre o tema.

A partir desta premissa fica evidente a necessidade de um olhar mais cuidadoso para com as questões de gênero pela área, e felizmente, algumas iniciativas de publicações de selos independentes e ações do movimento associativo estão sendo tomadas. Devido a construções históricas as áreas com diálogo maior com o campo social e humanidades são associadas às mulheres, fato esse decorrente de visão machista e patriarcal, a Biblioteconomia se insere nessa perspectiva onde ainda é grande o número de mulheres que se formam na área.

Importante ressaltar que em um esforço coletivo a nível mundial a Organização das Nações Unidas (ONU) traçou dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devendo ser implementado por todos os países do mundo até 2030, dentre os objetivos a serem alcançados destaca-se o quinto que seria o de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) tem desenvolvido suas ações pautadas nos ODS bem como existe uma orientação que todas as instituições, públicas e privadas, contribuam para este esforço

sendo interessante que o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), e por conseguinte os regionais, também pautem suas atividades focadas nos objetivos propostos pela ONU.

No entanto, um fato chama atenção para uma disparidade no tocante a igualdade de gênero: o número expressivo de homens nas presidências e direções de órgãos de representação da categoria, principalmente nos conselhos. Diante desta realidade alguns questionamentos surgem: a participação política e o engajamento nos conselhos ainda não são visto como alternativa para correlação de forças e garantia de melhoria salarial, reconhecimento profissional e aumento de demanda e postos de trabalho? A área acaba contribuindo para reforçar o estereótipo de que as mulheres não se interessam por política? Ou ainda, quando se interessam, por que não ocupam o cargo máximo do órgão com a mesma representatividade que têm na profissão? A expressiva presença de homens em cargos de direção nos órgãos de representação da categoria exprime uma apatia política por parte das bibliotecárias?

Com os questionamentos levantados objetiva-se com este trabalho uma análise dos determinantes que influenciam na incisiva presença masculina nas presidências dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) em detrimento da presença de mulheres nestes cargos, haja vista a expressividade do quantitativo de bibliotecárias existentes. Por se tratar de uma pesquisa com enfoque no gênero e entendendo-o como uma categoria útil de análise (SCOTT, 1995) inclusive para a Biblioteconomia (FERREIRA, 1997) utilizaremos a terminologia no feminino ao nos referirmos à profissional.

Este texto está dividido em uma parte introdutória com a apresentação da problemática principal e também as questões principais e secundárias que nortearam o processo de investigação e análise, a seção posterior apresenta uma interpenetração entre a Biblioteconomia e as categorias de análise Feminismo e Representatividade sob uma perspectiva mais teórica, a seção subsequente apresenta o método e metodologia utilizados para o alcance dos objetivos propostos além da exposição dos dados obtidos e, por fim, uma seção final onde são apontadas algumas percepções acerca do que foi apreendido durante o processo da pesquisa.

2 BIBLIOTECONOMIA, FEMINISMO E REPRESENTATIVIDADE

A Biblioteconomia tem seu escopo de atuação em consonância às necessidades informacionais apresentadas pela sociedade, sendo vital que esteja alinhada com esta

pluralidade e com as demandas que possam vir a surgir, ou que hora já se apresentem. Porém, não é necessário grande esforço para perceber certa resistência sobre o debate de determinados temas como, por exemplo, o de Gênero, Feminismo, Classe, Raça e Sexualidade. Registra-se também que a produção é ainda muito tímida voltada para estas categorias, o que reforça e aguça a curiosidade em tentar apreender qual a razão, ou razões, desta invisibilidade ser tão recorrente.

Debater e levantar discussões sobre o protagonismo da mulher na Biblioteconomia, assim como em toda a área da Ciência da Informação, é significativo no que tange às suas ações e contribuições. Permite a reflexão quando se trata de uma área predominantemente feminina e que por conta da história da sua constituição e das relações de gêneros estabelecidas, fortaleceu o preconceito contra a mulher e suas competências. Percebemos isso quando vemos estudos dando destaque a profissionais como Rubens Borba de Moraes e Edson Nery da Fonseca como se apenas esses tivessem contribuído para a Biblioteconomia brasileira SILVA, BURIN, 2018, p. 228).

O debate sobre gênero, e do feminismo, sempre foi permeado de tensões e estremecimentos, principalmente pelo fato de toda a sociedade, desde tempos imemoriais até os dias de hoje, terem uma orientação marcada pelo sistema patriarcal que por sua vez endossa um machismo estrutural que acaba por pautar de forma nociva as relações sociais. “O patriarcado, versão de gênero do capitalismo e do racismo, sempre privou as pessoas de sua expressão própria” (TIBURI, 2018, p. 55).

A conformação das relações patriarcais de gênero nesta perspectiva nada mais é do que a simples edificação de relações sociais fundadas na sociabilidade em que o poder (econômico e simbólico) é masculino por meio da reafirmação da divisão sexual do trabalho. Destarte, a manutenção das relações patriarcais de gênero se constitui em um óbice a qualquer processo civilizatório (NOGUEIRA, 2018, p. 50).

Desde que o gênero foi pensado como categoria de análise histórica (SCOTT, 1995) evoluiu-se para um entendimento que este debate deva ter um viés interseccional, ou seja, não pode se distanciar e deve manter correlações com questões como classe, feminismo, raça e etnia, diversidade, identidade, sexualidade, geração, acessibilidade entre outros (AKOTIRENE, 2019). Oliveira (2017) aponta que o conceito de gênero foi se modificando para novas possibilidades conceituais e epistemológicas analisando os

saberes-poderes constitutivos do gênero com outras formas de diferenciação social decorrente de processos históricos, sociológicos e políticos.

Não podemos reduzir o feminismo à discussão de gênero e sexualidade sem uma ligação direta com a questão das classes sociais – também a da raça e, acrescento eu, a da plasticidade, no qual se inserem as questões das chamadas ‘deficiências’ das aparências e da idade, que afetam várias minorias (TIBURI, 2018, p.28).

Como orientação teórica de demarcação de conceito utilizou-se o termo “minorias políticas” sugerida pela Márcia Tiburi em que a mesma afirma que “[...] o termo ‘minorias’ em seu sentido isolado perde sua conotação fundamental. Por isso, não apenas por dever didático devemos sempre falar de ‘minorias políticas’” (TIBURI, 2018, p.113). Nos últimos anos o debate e a teorização dos assuntos relacionados à Diversidade, Sexualidade e Identidade de Gênero tiveram um crescimento significativo, o que antes era silenciado tornou-se objeto de estudo e reflexão e, é cada vez mais comum o estudo de pessoas inseridas nestas comunidades e conhecimento produzido, também, por estes sujeitos sociais, pois como afirma Ribeiro (2019, p. 75) “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias.” Dessa forma as minorias políticas assumem o seu papel de protagonistas enquanto sujeito-pesquisadores endossando a tão necessária representatividade, que é a ocupação de espaços de poder por estas pessoas.

Os campos teóricos que abrangem os estudos sobre Gênero e Feminismo não só se interpenetram como também utilizam os mesmos termos de diferentes áreas do conhecimento, como as Ciências Humanas e as Ciências da Saúde (SILVA *et al.* 2018). Com a expansão do debate interseccional, incluídos aí a questão do gênero e do feminismo, abre-se um campo de discussão profícuo para a Biblioteconomia, haja vista a orientação de seus produtos e serviços estarem nos cidadãos e nas demandas apresentadas pela sociedade. A Biblioteconomia, enquanto ciência social e interdisciplinar (COADIC, 2004) tem a orientação de seu campo de atuação e investigação para as relações sociais, e, por conseguinte, das problemáticas que permeiam a sociedade, no entanto é grande a corrente que critica a área como sendo majoritariamente técnica em detrimento de uma ação mais incisiva em relação às demandas sociais.

Um marco para o debate sobre gênero na área e uma das primeiras vezes em que uma contribuição sobre o tema foi abordada em um evento ocorreu no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB) na cidade de São Luís do Maranhão no ano de 1997 com o título: “Gênero como categoria de análise para a Biblioteconomia” (FERREIRA, 1997), onde a autora realiza um exercício sobre o paralelo da necessidade de que os estudos de gênero, os estudos feministas sejam incorporados ao fazer e pensar a Biblioteconomia brasileira, pois a um olhar desatento e destreinado pode parecer que se tratam de discussões opostas, no entanto essa relação está subjacente a formação e a prática profissional como demonstra Lima (2016, p.51):

Gênero e Biblioteconomia parecem não ter muita aproximação, num olhar leigo sobre ambos os campos de saber. Mas essa distância é só aparente. Ela inexistente, pois a Biblioteconomia é sim uma área que influencia e é influenciada pelos estudos de gênero. Precisamos discutir e problematizar fatos como a prática bibliotecária ser claramente generificada no Brasil como um trabalho essencialmente feminino. Também deveríamos nos perguntar pela ausência dos corpos abjetos no interior das bibliotecas, sejam como usuários da informação ou como produtores de discursos relatados nos acervos, ou mesmo atentar para o fato de praticamente toda a literatura mundial ser produzida por homens brancos e do eixo centro-norte-europeu.

A Biblioteconomia e seus produtos não passam ilesos dos problemas de gênero. Como parte da ciência que tem uma função social e visa formação de pessoas para a prática profissional, de bibliotecárias e de bibliotecários, deveria sim se preocupar com essas questões tão em voga.

Vital também é a produção e disseminação do conhecimento destas minorias políticas e principalmente dos sujeitos-profissionais que fazem parte destas comunidades, por isso são salutares iniciativas de publicação de livros como: “Bibliotecários negros: ação, pesquisa e atuação política” e “O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação” e “Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQI+ na Ciência da Informação”.

Esse cenário é resultante do fato de que a formação da bibliotecária tem privilegiado uma formação orientada para processos técnicos em detrimento de processos políticos. Um olhar mais atento aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação em Biblioteconomia é possível observar que estes têm dado pouco atenção ao campo de reflexão político.

Em estudo apresentado por Ferreira (2015), no 38º Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia realizado em 2015 em São Luís a pesquisadora analisou os projetos pedagógicos de seis cursos de Biblioteconomia e Gestão da Informação das universidades listadas a seguir: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA) observou que a exceção da UFRJ, UFSC e UFMA as universidades pouco ou nenhuma atenção tem dado a formação política dos bibliotecários. (FERREIRA, 2015)

Dessa forma apresenta-se um vazio no tocante ao debate político na formação onde o mesmo não tem tido o espaço necessário nas salas de aula, nos PPPS, nos eventos estudantis e profissionais da área. Grande parte da produção acadêmica e científica concentra-se em políticas (materializada em programas e projetos) focadas em gestão (livro e leitura, indexação, coleção, preservação, acesso à informação) em detrimento de pesquisas com foco na formação política em seu sentido macro (SPUDEIT, MORAES; CORREA, 2016). Pensar uma formação política para os bibliotecários subentende-se conforme postula Ferreira (2015, p. 16) em:

[...] pensar de forma ética e cidadã, temas que devem estar inscritos nos projetos pedagógicos de cada curso que tenha este horizonte como princípio. Para tanto urge rediscutir os atuais PPP com a participação expressiva de alunos, professores e a sociedade em geral que precisa ser ouvida para interferir nos campos das Ciências da Informação.

As discussões devem se distanciar de um caráter positivista focado em causa e efeito e focar na dialética e na contradição existente nos campos econômicos, políticos e sociais, haja vista esses determinantes impactarem diretamente na Biblioteconomia, mesmo que as pessoas que pensam e fazem a área acharem que estão distantes, ou em nada as afeta, a correlação de forças existentes entre esses campos. Birdsall (2005) postula a necessidade da construção de uma economia política para a Biblioteconomia sendo necessário que se compreenda a conexão entre economia e política apreendendo daí a orientação que a mesma segue no cenário atual:

Atualmente, o foco da atenção dos bibliotecários para a política e a economia é a defesa política da geração de maiores recursos financeiros para bibliotecas. Tal defesa é reconhecidamente muito importante e os

bibliotecários têm se tornado cada vez mais sofisticados ao fazê-la. Entretanto, afirmo que os bibliotecários necessitam investir mais esforços em pesquisar as dinâmicas políticas e econômicas que definem os contextos passados e atuais das bibliotecas. As bibliotecas são criatura e instrumento de políticas públicas derivadas de processos políticos. Compreender esses processos inclui avaliar a conexão entre organização política e economia (BIRDSALL, 2005, p.88).

Ao enfatizar a necessidade de uma compreensão maior acerca de economia e política, Birdsall (2005) aponta para um novo paradigma para a área percebendo que existe uma discussão maior que acaba por determinar e impactar diretamente nos produtos e serviços, bem como levantar questões como: “a quem, ou a quem a Biblioteconomia serve?”, “qual a função de uma biblioteca no contexto atual?”, “os produtos e serviços disponibilizados na biblioteca realmente servem a comunidade?”, são questionamentos que só um entendimento acerca de economia e política direcionada em uma ação política possa, pelo menos, tentar responder.

Partindo dessa premissa pergunta-se: Porque a formação política é importante? Porque é através do conhecimento sobre os temas relacionados à política que se adquire a capacidade de discernir, de interferir, de opinar e de se situar no mundo presente, compreender os contextos e saber se articular dentro do mesmo.

É a formação política que nos permite compreender a opressão e reagir quando somos oprimidos. É a formação política que nos instrumentaliza para marcar posição do mundo e nos diferenciar dos obtusos, medíocres, dos bajuladores. É a formação política que nos dar a capacidade de construir uma identidade política e se transformar em sujeito (FERREIRA, 2015, p.3).

Portanto, ao pensar na política deve-se recuperar seu sentido político de transgredir o lugar comum buscando torná-la um instrumento de transformação da realidade do dia a dia que começa ao acordar e se insere na luta cotidiana para viver e para muitos para sobreviver neste mundo em que as distâncias sociais agridem e motivam a fazer da política como uma saída e uma resposta às desigualdades sociais. Pensar e fazer política, é, também, se inserir nos cargos representativos para através de novas leis buscar construir um País mais igual (FERREIRA; MARTINS, 2018).

Pensar nessa formação também é responsabilidade dos órgãos de representação da categoria profissional, ou seja, conselhos (federal e regionais), associações e sindicatos deveriam fomentar o debate oportunizando o que a literatura vem chamando

de “letramento político” no qual “[...] o letramento político é um processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção de aprimoramento da democracia” (COSSON, 2010, p. 16). Conforme pensa Almeida Júnior (2018) essa formação estaria imbuída os aspectos políticos atrelados a área da informação ou mesmo na sociedade como um todo.

Silva e Burin (2018) enfatizam que o letramento político deva ser fortalecido e estimulado no movimento de representação, além de concordarem com tudo que foi exposto no tocante de fomentar o debate de que existam disciplinas voltadas a discussão política, ética e social com vistas a ressignificar a atuação e o modo de intervir profissionalmente na sociedade pela categoria de bibliotecários no Brasil.

3 UMA PROFISSÃO FEMININA, MAS NÃO FEMINISTA?

Com a expansão do debate interseccional, incluídos aí a questão do gênero e do feminismo, abre-se um campo de discussão profícuo para a Biblioteconomia, haja vista a orientação de seus produtos e serviços estarem nos cidadãos e nas demandas apresentadas pela sociedade impulsionou o que se convencionou chamar de Biblioteconomia Social. Essa pluralidade de temas encontrou na bibliodiversidade, uma formulação realizada por Moro e Estabel (2012, p. 64):

A bibliodiversidade contempla as diferentes fontes e os diversos suportes de informação no atendimento às necessidades de todos os cidadãos nos mais diferentes espaços territoriais, possibilitando o acesso, o uso, a produção e o compartilhamento de novas aprendizagens em um processo de inclusão de todos.

No entanto, o avanço tem sido tímido e ainda é constatado ressalvas por parte de alguns profissionais frente a este novo paradigma, que exige uma atuação mais progressiva do que conservadora. Uma ação que demonstra essa realidade é o combate a linguagem sexista, seja nas práticas de indexação e catalogação ou mesmo na forma de comunicação verbal e formal, decorrentes de uma sociedade patriarcal que descentralizou o papel da mulher (SILVEIRA; GOMES, 2018) essa discussão não pode ser alijada do entendimento de que a linguagem é um sistema, e como tal, é permeada por relações de poder gerando opressões.

Consciência política se alcança na prática, e balizada por referenciais teóricos, para tanto urge a formação também durante a formação da bibliotecária, o que pode ser mediado por uma concepção de letramento político:

[...] percebemos o quanto é necessária uma nova formação de bibliotecárias/os, assim como daqueles que estão vinculados às entidades de classe. Para alcançar a realização dos anseios da classe, é fundamental uma mudança de postura, não só de suas práticas. É necessário buscar uma formação pautada no letramento político para que haja mudanças significativas tanto para os/as profissionais da informação, quanto para a sociedade (SILVA; BURIN, 2018, p. 217).

Assim, essa breve análise constata que ainda que as mulheres sejam a maioria na Biblioteconomia, elas permanecem sem o destaque quando se trata de ocupação em processos políticos, alcançando o bibliotecário um destaque muito maior que sugeriria a sua representatividade de somente 18% da totalidade de profissionais no país. Para além disso, constata que a linguagem sexista empregada para a profissão se torna ainda mais descabida diante destes números.

3.1 Método da pesquisa

Os estudos de gênero, e entendendo-o como uma categoria de análise, nortearam todo o processo de investigação, desde o estabelecimento do problema e dos questionamentos quanto ao objetivo da pesquisa realizando um levantamento bibliográfico, inclusive, sobre o debate de gênero na Biblioteconomia. Como processo metodológico do ponto de vista da forma de abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa qualitativa pelo fato de se acreditar que responde a questões particulares, de níveis de realidade que não podem ser quantificados. Por trabalhar com o universo dos significados, valores, crenças e por comporem a realidade social, a pesquisa qualitativa é a mais indicada por propiciar uma compreensão sobre a ação do homem enquanto ser reflexivo e com capacidade de interferir em sua realidade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010). Quanto aos objetivos configura-se como uma pesquisa exploratória e os procedimentos operacionais foram a pesquisa bibliográfica e documental, somando-se a estas a análise de conteúdo dos sujeitos da pesquisa.

A coleta inicial de dados transcorreu da seguinte forma: a fim de verificar a representatividade de gênero na profissão de bibliotecária, foi solicitado a cada CRB que

informasse as quantidades de homens e mulheres registradas. Também foi feita verificação de todos os sites da internet das referidas entidades de classe, a fim de poder-se verificar a proporção de presidentes, membros de diretorias e conselheiras/membros em geral. Os resultados desta coleta, apresentados a seguir, estão em forma de tabelas e são discutidos à luz do referencial teórico e correlacionando com pesquisas anteriores sobre o mesmo tema.

Posteriormente à análise dos resultados supracitados, foi estabelecido um grupo focal para discussão dos mesmos. O momento escolhido foi durante a 65ª Feira do Livro de Porto Alegre, na data de 8 de novembro de 2019. Após apresentação dos dados pelos pesquisadores, as participantes (total de 13, todas mulheres) foram convidadas a debater o tema. O resultado deste debate foi transcrito e analisado pelos pesquisadores (mediante consentimento livre e esclarecido de cada participante) utilizando-se ferramentas da análise de conteúdo, que consiste em um “[...] conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 37). Ainda conforme a mesma autora, a discussão foi analisada em dois níveis: Decifração Estrutural - que permite inferência de categorias temáticas, com base na interpretação da transcrição do debate - e Transversalidade Temática - a qual permite que as temáticas abordadas pelas diferentes participantes sejam colocadas em perspectiva. Uma vez que a análise é qualitativa e observa as manifestações das participantes à luz do referencial teórico, optou-se por codificar os temas em unidades de registros, os quais, por sua vez, se agrupam em categorias, conforme se verificará nos resultados (BARDIN, 2016).

3.2 Resultados

A coleta de dados a respeito da totalidade de profissionais no país considerou, para análise, somente bibliotecárias registradas, uma vez que o registro profissional é obrigatório para o exercício da profissão, sendo esta uma profissão regulamentada. A primeira verificação do quantitativo de homens e mulheres bibliotecárias, em cada jurisdição de CRB gerou um resultado expressivo, conforme apresentado na tabela 1:

Tabela 1 - Representatividade de gênero

CRB	Estados	Mulheres	Homens	Total	%mulheres	%homens
1	DF/GO/MT/MS	1346	307	1653	81	19
2	AP/PA/TO	931	156	1087	86	14
3	CE/PI	681	132	813	84	16
4	PE/AL	758	147	905	84	16
5	BA/SE	766	118	884	87	13
6	MG/ES	1868	390	2258	83	17
7	RJ	2380	890	3270	73	27
8	SP	3866	728	4594	84	16
9	PR	642	103	745	86	14
10	RS	1019	156	1175	87	13
11	AM/AC/RO/RR	962	89	1051	92	8
13	MA	604	162	766	79	21
14	SC	645	111	756	85	15
15	PB/RN	463	121	584	79	21
Total		16931	3610	20541	82	18

Fonte: Sistema CFB/CRB

Como verificado, a tabela 1 apresenta o número da Região do CRB, a seguir os Estados da Federação correspondentes, quantitativos de mulheres e homens em números absolutos e, por fim, em percentual. Percebe-se que a presença de mulheres na profissão ultrapassa os 80% na totalidade do país, ficando inferior a este percentual somente em 3 regiões, o que configuram 4 Estados da Federação.

A seguir as tabelas 2 e 3 apresentam o gênero nas diretorias do CRB e o total de membros em cada Conselho, respectivamente.

Tabela 2 - Gênero nas Diretorias

CRB	Presidente	Vice-presidente	Diretor Financeiro	Diretor Administrativo	Diretor Técnico	Mulheres	Homens
1	H	M	H	M	M	3	2
2	M	M	M	M	N/I	4	0
3	H	H	M	H	H	4	1
4	H	H	M	M	H	2	3
5	H	M	M	M	M	4	1
7	H	M	M	M	H	3	2
6	M	M	M	M	M	5	0
8	M	H	H	H	M	2	3
9	H	M	M	M	M	4	1
10	M	H	H	M	M	3	2
11	H	M	M	M	M	4	1
13	M	M	M	M	M	5	0

14	M	M	M	M	M	5	0
15	M	H	H	M	H	3	2
Totais							
Mulheres	7	7	8	10	7	42	-
Totais							
Homens	7	5	4	2	4	-	18
TOTAIS	14	12	12	12	11	42	18
% M	50	58	66	83	64	70	
% H	50	42	33	17	36		30

Fonte: Sistema CFB/CRB

Legenda: M=Mulher; H=Homem; N/I=Não Informado

Tabela 3 – Gênero nos Conselhos

CRB	Mulheres	Homens	Demais	Demais	TOTAL	TOTAL	TOTAL
	Diretoria	Diretoria	conselheiras	conselheiros	M	H	MEMBROS
1	3	2	8	1	11	3	14
2	4	0	9	2	13	2	15
3	4	1	8	5	12	6	18
4	2	3	7	4	9	7	16
5	4	1	7	3	11	4	15
7	3	2	5	3	8	5	13
8	2	3	10	0	12	3	15
9	4	1	8	1	12	2	14
10	3	2	10	0	13	2	15
11		1	14	3	14	4	18
13	5	0	9	1	14	1	15
14	5	0	5	4	10	4	14
15	3	2	3	3	6	5	11
TOTAL	42	18	103	30	145	48	193
%	70	30	77	23	75	25	100

Fonte: Sistema CFB/CRB

A análise das duas tabelas (2 e 3), ainda em comparação com a tabela 1 nos permite algumas considerações: a proporção de representatividade de mulheres como membros de Conselhos de Biblioteconomia não diverge tanto dos percentuais de profissionais, embora exista uma queda (82% na profissão *versus* 75% nos Conselhos); nas Diretorias, a queda é um pouco maior: baixa para 70% a presença feminina, embora os dados tenham uma ligeira distorção. Por fim, salta aos olhos a proporção de Presidentes x Presidentas, ficando estes cargos exatamente empatados com 50% de mulheres e 50% de homens.

Avaliando em uma perspectiva histórica, entretanto, percebe-se que a representatividade de gênero nas gestões anteriores dos CRB não foi necessariamente díspar com a representatividade na profissão, como nos mostra a tabela 4:

Tabela 4 – Gênero nos Conselhos na História

CRB	Presidentes Homens	Presidentes Mulheres
1	16	18
2	1	25
3	4	19
4	3	9
5	5	21
6	3	17
7	7	12
8	1	21
9	2	18
10	4	22
11	8	5
12	3	6
13	3	11
14	3	17
15	2	3

Fonte: Sistema CFB/CRB

Assim, fica o questionamento, mais uma vez, de o porquê da diferença drástica da presença feminina ATUALMENTE nos cargos máximos dos CRB. Sob a perspectiva destes dados, o debate com o grupo focal se estabeleceu com as seguintes perguntas norteadoras:

- 1) Por que isso acontece?
- 2) Suas/seus chefes eram/são homens ou mulheres?
- 3) Você tem alguma vivência que exemplifica este assunto?

Nesta perspectiva o debate perdurou por cerca de 40min, transcorrendo em dados momentos mais livremente e em outros com mais intervenções dos pesquisadores. Para estimular foi feita uma leitura de trecho do livro de Chimamanda Ngozi Adichie, intitulado: Sejam todos feministas. Uma vez gravada e transcrita a discussão, a análise pode ser feita por meio de quadros matriciais (CÂMARA, 2013), sendo possível elencar unidades de registro e categorias temáticas. O quadro abaixo relaciona os termos extraídos na análise:

Quadro 1 – Categorias e Unidades de Registro

Categoria	Unidade de Registro (UR)	Contextualização da UR
	Protagonismo atribuído	Utiliza-se o termo “protagonismo <i>atribuído</i> ” de modo a explicitar que a motivação do protagonismo tem relação ao gênero e não necessária e/ou unicamente ao processo intelectual que conferiu o destaque.

Destaque [entre os pares e na sociedade]	Inserção no meio acadêmico	Uma vez que foi abordado, em mais de uma manifestação, a queda de representatividade feminina em ocasiões de doutorado e/ou docência superior, mesmo em profissões predominantemente femininas.
	Chefia	A questão da chefia é mencionada mesmo quando a mulher ocupa cargos, mas ainda assim, sofre preconceitos com suas competências.
Relações pessoais	Maternidade e Paternidade	As atribuições discrepantes no desempenho da maternidade e paternidade são mencionadas.
	Sexualidade	As questões de sexualidade aparecem de modo transversal no debate, sendo importantes para o contexto de letramento político.

Fonte: Autores.

A seguir, no quadro 2, verifica-se alguns extratos dos discursos (sem identificação de participante), nos quais pode-se perceber a relação da codificação inferida nas UR:

Quadro 2 - Categoria Destaque

UR: Protagonismo atribuído
[No meu caso] a chefia é uma mulher, porém, tem alguns homens que atuam dentro do sistema, e qualquer coisa que um homem faz dentro do sistema tem muito mais reconhecimento, muito mais validação, mesmo que outra mulher faça a mesma coisa, né? Então aparentemente é um protagonismo feminino, porém, na prática a gente vê que não é assim que acontece.
E eu percebo que os alunos e as alunas eles nunca se referem às autoras como mulheres, é sempre o autor está falando isso, aí eu deixo fazer a apresentação toda, né? Aí eu brinco: “Foi tu mesma que fez a pesquisa bibliográfica?” “Por que professor?” “Não, porque tu tá falando da Marilena Chauí como <i>ele</i> tá falando <i>o autor</i> , <i>o autor</i> , e não <i>autora</i> , como se fosse um homem”.
[...] uma coisa que me incomoda bastante com relação ao destaque que não é um destaque só da... do cargo, do ocupar o cargo, que a gente vê que tem colegas que estão fazendo exatamente as mesmas coisas que mulheres, que mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os caras, aí eles vão lá e fazem e todo mundo fica babando, sabe?
Eu [como mulher] preciso tá realmente atendendo a todos os requisitos pra isso [cargo/posição]. O homem não. Com muito menos caminhada já alcança o mesmo destaque pra chegar lá.
UR: Inserção no meio acadêmico
[...] na [graduação em] Biblio[teconomia] também a gente tem muito mais professores homens do que a gente tem colegas [estudantes homens] em sala de aula. Tem uma relação que ela se inverte em algum momento.
[...] uma coisa que me chama a atenção, não necessariamente na chefia, mas eu acho que tá

bem ligado a isso, é quando a gente vai para a pós-graduação, quando a gente vai pro mestrado e doutorado, em áreas que são predominantemente femininas. [...] [É] impressionante a inserção masculina, quer dizer, a gente chega numa aula de graduação, só tem mulheres, e aí gente chega no mestrado, fica meio a meio, quando vai pro doutorado só tem homens, praticamente.

UR: Chefia

Você vê que na história muitas mulheres que lutaram pra conseguir os direitos os mesmos direitos que os homens e muitas coisas a gente já conseguiu, mas o que se vê em relação à essa questão do chefe, de oportunidades, também em relação ao nosso papel? É aí que a gente tem base de oportunidade para que outras mulheres também ocupem os cargos de chefia? Entendeu? Como é que a gente se vê, né? Em relação às colegas para que ocupem esses cargos? Então, muitas vezes tem realmente essa questão da valorização do papel masculino, mas a gente acaba, às vezes, é por uma questão cultural muitas vezes reproduzindo de uma forma que isso nos desvaloriza.

Uma coisa que tem a ver com isso também que a mulher quando tá numa posição de chefia ela tem que lidar com as dificuldades e o machismo de todos os lados, né? Recentemente, eu experienciei uma coisa que era novidade lá na biblioteca a gente nunca teve problema com isso mas há pouco tempo eu tive de lidar com um estagiário que simplesmente não admitia receber ordem de mulher.

Fonte: Autores.

Analisando algumas das colocações na UR *Protagonismo atribuído* verificamos que as participantes referem situações semelhantes em que reconhecimento ao trabalho do homem é conferido por resultados iguais aos das mulheres, ou ainda, resultados superiores de mulheres estão equiparados a resultados menores masculinos, exigindo da mulher mais qualificação e desempenho para chegar no “mesmo lugar”. Interessante também observar que existe uma tendência na associação da teoria aos homens, quando mencionada a situação em que autoras são “generalizadas” no masculino.

Sobre as questões mencionadas na UR *Inserção no meio acadêmico* poderiam perfeitamente estar codificadas também como na UR anterior, uma vez que representam também atribuições do protagonismo masculino, supostamente, por consequência, também, de seu gênero. As narrativas demonstram, portanto, que mesmo em profissões femininas, há representatividade massiva de homens nos programas de doutorado e, conseqüentemente, na docência superior.

Já na perspectiva da chefia, especificamente, vemos a participante que reflete sobre a importância de mulheres valorizarem mulheres em posição de liderança e ainda, o subordinado que não acatava orientações por estar trabalhando somente com mulheres (todas suas superiores).

Uma vez que as demandas da vida pessoal interferem na profissional, a próxima categoria faz o recorte do discurso aparente no que tange à família, relações, orientação sexual, conforme se verifica no quadro 3:

Quadro 3 - Categoria Relações Pessoais

UR: Maternidade e Paternidade
Sobre a questão do gênero no mercado de trabalho que os homens e as mulheres eles vão indo até... vão indo! Pós-graduação, ai chega lá aos 30 anos, aí casa, aí tem filhos, aí o homem continua indo, e a mulher para. Então, todo o mercado de trabalho privilegia o homem que não teve licença o homem não precisa ter licença porque o homem não precisa exercer a paternidade [ininteligível] é demais, e a mulher pode ficar pra trás
[A mulher com filho(s)] Perde oportunidades de emprego, não tem tempo de escrever os livros que ela gostaria, tem essa defasagem por causa disso, né? Por causa da maternidade acaba deixando a mulher pra trás no mercado de trabalho e na pós-graduação e acaba tendo que abandonar vários projetos.
UR: Sexualidade
O colega novo entrou no sistema e ele era, né, menino? Entrou e a mesma coisa aconteceu, recepção, assim, fogos de artifício, e tudo isso [referindo-se ao tratamento diferenciado para homens]. E ele era super discreto então demorou para as pessoas perceberem que ele era gay, e aí o tratamento dele mudou. Ele continuava sendo melhor que as mulheres, mas não era tão bom quanto aos homens [heterossexuais].
aí eu falei pra ele esse não foi o nosso objetivo [nesta pesquisa, debater a orientação sexual] e tem outra: quando um homem é gay, mas tu trabalha de terno e gravata todos os dias, tu chega nos lugares, diz que é senhor que é presidente, ah que ótimo, senhor, vossa excelência, se eu chego de camiseta e All Star, eu sou uma guria que tá chegando aqui. Se eu chego mais arrumadinha, eu sou sei lá, secretária, sabe? A imagem que se faz então da gente é sempre muito diferente.

Fonte: Autores.

As participantes entendem que ao assumirem responsabilidades sobre os(as) filhos(as) de modo desigual aos homens, as mulheres precisam parar determinados projetos profissionais e acadêmicos, podendo ser incluídos aqui as questões de movimentos associativos.

Por fim, entra no debate também a questão de sexualidade, quando duas participantes trazem exemplos em que homens cis homossexuais, muito embora enfrentem a homofobia, receberiam tratamento e valorização profissional superior às mulheres, uma vez que aqueles teriam aparência e comportamento dentro do estereótipo considerado masculino (ressalta-se quando a participante afirma que o colega é “discreto”). Desse modo as narrativas convergem para uma lógica de empatia

entre as minorias políticas, porém percebe-se que existe um nivelamento de privilégios relativos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Gênero, o Feminismo e a Biblioteconomia têm obtido uma interlocução ainda muito tímida, tanto na formação quanto na produção da área, é inegável o esforço de algumas pesquisadoras, grupos de pesquisas e ações de docentes em propor disciplinas (eletivas e optativas) que versem sobre essas categorias, porém, são esforços isolados e muito particularizados não se configurando como uma mudança de paradigma, ou mesmo de bases epistemológicas de toda uma área do conhecimento.

A ojeriza à política, a pseudoneutralidade e a resistência a debater temas do campo progressista refletem o avanço de uma agenda conservadora, portanto ideológica, e fomenta um ideário nacional de antipolítica, o que afeta diretamente no debate, na formulação de políticas públicas e na representatividade em espaços decisórios e de poder, ou seja, essa fragilidade na formação e ação política não é inerente apenas a uma determinada categoria profissional, mas acaba sendo incorporada no cotidiano da vida das pessoas e, por conseguinte, em seus espaços de trabalho.

Por determinantes históricos ainda muito arraigados na herança patriarcal presente na sociedade em geral, as mulheres são ainda mais impelidas a se distanciar do cenário político e de representação, seja pelas inúmeras jornadas de trabalho nas esferas públicas e privadas ou pelas falácias constantemente emitidas de que determinados espaços, posturas e decisões não seriam da alçada, ou do interesse das mulheres.

Isso resvala diretamente no tocante à representatividade, ao mesmo tempo em que temos um quantitativo maior de mulheres no país sua sub-representação nas câmaras e assembleias são gritantes e em algumas categorias profissionais em que o número de mulheres é bem expressivo alguns homens ainda ocupem os cargos maiores de representação (nessa pesquisa em específico as presidências dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia) o que levou aos questionamentos elencados para esta análise: a participação política e o engajamento nos conselhos ainda não são vistos como alternativa para correlação de forças e garantia de melhoria salarial, reconhecimento profissional e aumento de demanda e postos de trabalho? A área acaba contribuindo para reforçar o estereótipo de que as mulheres não se interessam por política? Ou ainda,

quando se interessam, por que não ocupam o cargo máximo do órgão com a mesma representatividade que têm na profissão? A expressiva presença de homens em cargos de direção nos órgãos de representação da categoria exprime uma apatia política por parte das bibliotecárias?

Logicamente que tem-se a noção de que tal debate não se esgota aqui e que o levantamento dessas questões surgem mais como um apelo para reflexão em conjunto, para que se possa apreender, para além da aparência, algumas questões que estão nas entrelinhas da área e que acabam por não aparecer no debate central mas influem diretamente em posturas e reafirmações de opressões que se perpetuam de forma velada ou explícita.

O machismo é estrutural e norteia as relações sociais implicando diretamente na formação e nas relações no ambiente de trabalho, norteia inclusive noções do que é fazer política, do que é representatividade, tornando-se letal para uma sociedade que se pretende democrática e que não queira fomentar opressões. A questão aqui não se trata de que homens não possam ocupar esses espaços, mas sim entender como que uma área majoritariamente formada por mulheres ainda estejam sub-representadas inclusive no movimento de representação da categoria profissional que integram. Ou seja, entendendo o Gênero e o Feminismo como categorias de análises históricas, os mesmos possam ser utilizados como referenciais para a Biblioteconomia, para que a mesma possa repensar práticas, paradigmas e rever posturas enraizadas que não permitem avanços no tocante aos direitos sociais de minorias políticas.

Conclui-se que o debate necessita de um maior espaço de discussão com inserções do tema, tanto na formação, quanto no âmbito profissional para que práticas machistas sejam repensadas à luz dos estudos de gênero e do debate feminista, pois se constatou que, ainda, não encontram ressonância nos discursos e na prática da Biblioteconomia e para que enfim, além de uma profissão feminina, torne-se uma profissão feminista.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais).

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O Bibliotecário é um profissional apolítico? In: SPUDEIT, Daniela et al. (orgs.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/formacao_atuacao/E-Book_Spudeit_et_al.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIRDSALL, William F. Uma economia política da Biblioteconomia? **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.10 n.1, p. 86-93, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/304/107>. Acesso em: 20 out. 2019.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, dez. 2013.

COADIC, I. F. L. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, v. 11, n. 3, p. 25-36, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Gênero como Categoria de Análise na Biblioteconomia. In: XVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1997, São Luís. **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**. São Luís: APBEM, 1997.

FERREIRA, Maria Mary. **Formação política, reflexões éticas, práticas de transformação social e mídias na informação**: qual profissional temos e qual queremos ser? Palestra proferida no Encontro Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação (ENEBD). São Luís, 19 a 25 jul. 2015.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; FERREIRA, Maria Mary. Bibliotecária(o)s na política: perfil da(o)s profissionais bibliotecária(os) nas eleições municipais brasileiras de 2016. In: SPUDEIT, Daniela et al. (orgs.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/formacao_atuacao/E-Book_Spudeit_et_al.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORO, Eliane Loudes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Mediadores de Leitura na Família, na Escola, na Biblioteca, na Bibliodiversidade. In: NUNES, Iara Conceição Bittencourt; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. **Mediadores de leitura na bibliodiversidade**. Porto Alegre : Evangraf: SEAD:UFRGS, 2012. p. 41-64.

SCOTT, Joan. Gênero como categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 out. 2018.

SILVA, Andréia Sousa da; BURIN, Camila Koerich. A importância do letramento político: analisando o protagonismo das bibliotecárias à frente das entidades de classe. In: SILVA, Franciele Carneiro Garçês da; ROMEIRO, Nathalia Lima (Orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018.

SILVEIRA, Nalin Ferreira; GOMES, Elisângela. Do masculino tecnicista ao feminino social: uma reflexão teórica acerca da prática profissional e linguagem anti-sexista, **Revista ACB**, Florianópolis, v.23, n. 3, p. 447-459, ago./nov. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1519/pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.